

Comissão Européia pedirá explicações a FH

Embaixador brasileiro ressalta importância do encontro no início da viagem do presidente, apesar das críticas que receberá dos representantes da União Européia à política de cotas de importação

REALI JUNIOR
Correspondente

PARIS — O presidente Fernando Henrique Cardoso vai enfrentar cobranças na primeira escala de sua viagem à Europa, que começa amanhã. Em Bruxelas, ele encontrará a direção da Comissão Européia, inclusive o presidente, Jacques Santer, que querem explicações sobre a decisão do governo de adotar a política de quotas de importação para a indústria automobilística e tornar mais lenta a redução das tarifas de importação dos chamados "produtos sensíveis".

Na primeira visita de um presidente brasileiro à Comissão Européia esse e outros temas que integram o contencioso União Européia-Mercosul devem ser debatidos. Não se descarta até a possibilidade de um certo confronto, já que os europeus acreditam que a política de quotas contradiz a abertura econômica. Além disso, há reticências dos europeus em relação a uma cooperação na área agrícola e sobre a evolução das relações Mercosul-União Européia, que poderão resultar na criação de uma zona de livre comércio.

Na véspera da viagem de Fernando Henrique, o embaixador brasileiro junto à Comissão Européia, Jório Dauster, falou ao Estado sobre todos esses aspectos. Ele também ressaltou a importância do encontro, lembrando que a União Européia constitui hoje o principal parceiro econômico e comercial do Brasil.

Estado — Até agora, a preocupação do governo parecia centrada na relação com os Estados Unidos. O

fato de o presidente começar a visita à Europa pela Comissão Européia, pode ter algum significado especial?

Jório Dauster — Sem prejuízos das relações históricas com os EUA, o Brasil executa uma política externa universalista que reflete a dimensão e complexidade do País. É natural que tratemos de reforçar nossa presença junto aos principais parceiros e a vinda de FH preenche uma lacuna importante, pois até hoje nenhum presidente brasileiro havia visitado a União Européia, apesar de esse ser o maior mercado de nossas exportações e de aqui se originar a maior parcela dos capitais externos investidos em nossa economia.

Estado — Na Comissão Européia, o presidente deverá sentir reações críticas de alguns parceiros europeus em relação à política de quotas de importação de automóveis?

Dauster — Nada impede que a questão das quotas seja suscitada pelo lado comunitário e pelo próprio presidente. Esse assunto tem sido objeto de contatos diplomáticos, havendo de nossa parte o cuidado de explicar que essas medidas prendem-se à necessidade de salvaguardar o Plano Real e de forma nenhuma implicam num retrocesso do processo de abertura da economia.

Estado — Os europeus vêem com certa apreensão a futura criação de

uma zona de livre comércio, temendo prejuízos para seu setor agrícola?

Dauster — Não creio que os europeus em geral vejam com apreensão o futuro estabelecimento da zona de livre comércio, pois se assim fosse as duas partes não estariam negociando o Acordo-Quadro, que formalizará tal objetivo. Há focos de preocupação com nossa competitividade no setor agrícola, mas é evidente, também, que não estaríamos dispostos no Mercosul a zerar da noite para o dia as tarifas de importação de muitos bens industriais europeus.

Estado — Por que Fernando Henrique terá um encontro com organizações não-governamentais?

Dauster — Muitas Ongs têm forte presença em Bruxelas, exatamente por poderem atuar junto à Comissão Européia. É amplo o leque de seus interesses: direitos humanos, populações indígenas, meio ambiente, problemas sociais etc. O presidente poderá, na ocasião, pintar um quadro correto dos esforços que o governo e a sociedade civil desenvolvem.

Estado — Que progressos o Acordo-Quadro, que deve ser assinado no fim do ano, trará para as relações U.E.-Mercosul?

Dauster — A expectativa é que haverá benefícios concretos mesmo durante a vigência do Acordo, sobretudo no estímulo aos investimentos europeus em projetos de infra-estrutura do Mercosul. O estabelecimento de uma zona de livre comércio, entretanto, não se fará de forma precipitada e vai depender de cuidadosa avaliação de ambos os parceiros.

DAUSTER:
MEDIDAS NÃO
IMPLICAM NUM
RETROCESSO
DO PROCESSO
DE ABERTURA
DA ECONOMIA